



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0004798-96.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**
 Documento de Origem: **BO, OF, IP-Flagr. - 1545/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 714/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 121/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **WANDER GABRIEL DA SILVA NASCIMENTO**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 14 de julho de 2016, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **WANDER GABRIEL DA SILVA NASCIMENTO**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as vítimas Euclides Dina Sobrinho, Josefa Maria Nunes Dina e Henry Dina e a testemunhas de acusação Lúcio Jose Gonçalves Filho, tudo em termos apartados. Ausente a testemunha Márcio de Andrade Madeira, policial militar. As partes desistiram da oitiva da testemunha. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: o réu foi denunciado como incurso no art. 157, §2º, I e II do CP, uma vez que juntamente com mais dois outros elementos não identificados, mediante ameaça exercida com arma de fogo e violência, subtraíram para si um veículo Corolla e os objetos descritos na denúncia. A ação penal é procedente. Embora com certa mitigação, o réu admitiu a participação no roubo. Por outro lado, as vítimas Euclides e Josefa, com segurança, reconheceram o réu como um dos autores do roubo; Euclides chegou a dizer que foi o réu que lhe apontou a arma; Josefa também disse que o réu lhe apontou uma arma tipo revólver e que ainda lhe desferiu socos na boca, que quebrou três dentes. Reforça ainda a prova da autoria o depoimento do policial Lúcio, o qual ao prender o réu obteve deste a confissão da participação no roubo; disse esse policial que o réu inclusive indicou aonde tinha abandonado o revólver usado por ele. Assim a materialidade ficou demonstrada, visto que o réu e os comparsas subtraíram bens que foram recuperados parcialmente, logo após eles terem colidido o carro contra o muro quando estavam em fuga; certa também é a autoria. O crime foi praticado em concurso de pessoas, visto que a prova oral indicou que o roubo foi cometido por três elementos. A causa de aumento pelo uso de arma também deve ser reconhecida. É certo que uma das armas foi apreendida e estava sem munição, o que no entendimento do STJ não serviria para aumentar a pena, embora essa posição já tenha sido contrariada pelo STF. De qualquer forma, as três vítimas foram seguras em dizer que dois dos agentes portavam armas semelhantes a um revólver. Assim, embora se possa sustentar que a arma apreendida, por estar desmuniçada, não configuraria a causa de aumento, remanesce a outra arma não encontrada, uma vez que as três vítimas confirmaram que mais de uma pessoa portava arma de fogo. Em relação a esta arma não encontrada, o STJ também é firme no sentido de que o fato de a arma não ser apreendida não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

impede o reconhecimento desta causa de aumento de pena, desde que as vítimas tenham afirmado com segurança que houve emprego de arma de fogo, tal como é o caso dos autos, tanto que a vítima Josefa disse que cada um dos dois agentes portava uma arma prateada, típica de arma de fogo, sendo certo que este relato já é suficiente para o reconhecimento desta arma não apreendida, como causa de aumento de pena. O roubo foi consumado, uma vez que os agentes ingressaram na posse dos bens. Isto posto, requeiro a condenação do acusado nos termos da denúncia, as circunstâncias do crime, revelando agressividade inclusive por parte do réu é motivo para se fixar a pena-base acima do mínimo, além da causa de aumento da reincidência que ocorre na segunda fase. Como são duas as causas de aumento de pena, devidamente comprovadas, o aumento também deve se afastar do mínimo. Por fim, em razão da natureza do crime e dos antecedentes do réu, que é reincidente, o regime inicial deve ser o fechado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: o réu foi preso em flagrante na posse da res furtiva, sendo reconhecido pelas três vítimas. Em juízo confessou o delito. Sendo assim requeiro, afastamento da qualificadora de emprego de arma, uma vez que esta estava desmuniada. Requeiro ainda fixação da pena-base no mínimo legal, bem como o reconhecimento da atenuante da confissão. Requeiro por fim, estabelecimento de regime inicial diverso do fechado. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. WANDER GABRIEL DA SILVA NASCIMENTO**, RG 46.151.259, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, porque no dia 08 de maio de 2016, por volta das 12h00min, na Rua Nações Unidas, nº 790, Jardim Cruzeiro do Sul, nesta cidade e comarca, WANDER e outros dois agentes ainda não identificados, previamente ajustados e agindo com unidade de propósitos e desígnios, subtraíram, para eles, mediante violência e grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo contra Euclides Dina Sobrinho, Josefa Maria Nunes Dina e Henry Dina, um televisor LCD da marca CCE, um telefone celular Duos da marca Samsung, dois telefones celulares, ambos da marca Samsung de cor preta, um veículo Toyota/Corolla, cor bege, placas DKB-6086-Itirapina-SP, e uma pasta de nylon com vários documentos pessoais da vítima Euclides, em detrimento da família em comento. Consoante apurado, WANDER e dois agentes ainda não identificados, previamente ajustados e agindo com unidade de propósitos e desígnios, decidiram saquear patrimônio alheio. De conseguinte, na posse da arma de fogo acima referida, dirigiram-se para o local dos fatos e, ao avistarem a vítima Euclides Dina Sobrinho lavando seu veículo na via pública, um deles, na posse e apontando o revólver, tratou de anunciar o assalto e rendê-lo, enquanto o denunciado e o outro comparsa faziam a sua cobertura. Ato contínuo, os 3 infratores trataram de adentrar a residência de Euclides e, enquanto um deles permanecia junto dele, WANDER e o outro indivíduo se ocuparam de render Josefa Maria Nunes Dina e Henry Dina. Subjugados os ofendidos, Josefa permaneceu no banheiro da casa ao que e pai e filho foram levados o quarto deste, lá permanecendo, enquanto os agentes davam cabo à rapina dos bens supradescritos. Na posse dos pertences, o denunciado e seus comparsas evadiram-se com o veículo da família. E tanto isso é verdade que, instantes depois, Policiais Militares foram acionados e, em poder das características do automóvel subtraído, rumaram para o bairro Cidade Aracy II, oportunidade em que, na Rua 69, nº 50, avistaram o Corolla chocado contra o muro de uma residência, sendo eles informados por populares do rumo tomado pelo denunciado. Dando continuidade à busca, os milicianos lograram encontrar WANDER escondido no porão de uma residência localizada na Rua Presidente Sebastião Gomes, nº 100-A, justificando sua prisão em flagrante delito. Tem-se que, com a ajuda do denunciado, os policiais localizaram a arma utilizada na empreitada criminosa em um terreno baldio. Na delegacia de polícia, o denunciado e a arma foram reconhecidos pelos ofendidos. Ainda, consta dos autos que durante a empreitada criminosa Euclides Dina Sobrinho e Josefa Maria Nunes Dina foram agredidos com socos e chutes, pelo que a última, inclusive, foi atingida por um soco em sua boca. Por fim, os pertences das vítimas foram encontrados acondicionados no interior do veículo subtraído, ao que foram restituídos à família. O réu foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (pg. 53). Recebida a denúncia (pg. 81), o réu foi citado (pg. 107) e respondeu a acusação através de seu defensor (pgs. 115/116). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas três vítimas e uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a aplicação da pena mínima com a exclusão da agravante do emprego de arma, já que esta estava desmuniada. **É o relatório. DECIDO.** Está comprovado que houve o roubo, cometido por três indivíduos que usando armas abordou inicialmente um morador da residência e depois outros familiares deste. Arrecadaram alguns objetos que foram levados no veículo da vítima. Na sequência o carro foi encontrado por policiais militares estando o réu ao volante, o qual empreendeu fuga e acabou colidindo o veículo contra um obstáculo, sendo preso em seguida, quando estava escondido no quintal de uma casa. O réu confessa a sua participação no roubo, embora buscasse se colocar como mero coadjuvante. No entanto, as declarações das vítimas, especialmente do morador Euclides Dina Sobrinho, indicam que o réu era quem liderava. Foi ele que rendeu o morador, tendo os parceiros se envolvido na sequência. Também foi ele que levou o veículo da vítima com os objetos. Tais circunstâncias indicam que liderou a execução do delito. Mas mesmo que acolhida a versão do réu, está ele enquadrado no crime que lhe foi imputado, pois teve da mesma forma participação efetiva na empreitada criminosa. Sua condenação é medida inarredável. No que respeita às causas de aumento de pena e que foram incluídas na denúncia, estão as mesmas comprovadas e caracterizadas. Houve concurso de agentes pela participação conjunta do réu e dos dois outros indivíduos que não foram identificados. Ocorreu o emprego de arma. Mesmo tendo o revólver apreendido sido encontrado desmuniado, não existe a certeza de que esta fosse a condição que ele apresentava no momento do roubo, porque a prisão não foi imediata e houve tempo suficiente da saída do réu do local até o seu encontro para que a munição fosse retirada. Além disso, de conformidade com o relato das vítimas a arma exibida pelo réu não foi a única, porque outro parceiro dele também estava armado, a qual não foi localizada. Como tem sido firmado pela jurisprudência, a ausência de apreensão da arma não afasta a causa de aumento, bastando apenas que a situação esteja comprovada pelas informações das vítimas, o que ocorre na hipótese. Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que o réu não tem boa conduta social, porque fazia uso de droga e não tinha ocupação; considerando também a brutalidade empregada durante a execução do crime, pela agressão cometida contra as vítimas; considerando finalmente as consequências do crime, porque o veículo roubado foi danificado, impõe-se que a reprimenda seja estabelecida acima do mínimo, para que possa ser suficiente para a reprovação e prevenção do crime cometido, ou seja, em cinco anos de reclusão e onze dias-multa. Na segunda fase deixo de impor modificação em razão da agravante da reincidência (fls.105), porque em favor do réu existe a atenuante da confissão espontânea. Por último, em decorrência das causas de aumento presentes, que foram duas (concurso de agentes e emprego de arma), imponho o acréscimo de 3/8, porque, como ensina Mirabete: *“Havendo duas ou mais qualificadoras, após a fixação da pena-base nos limites do crime de roubo simples, o juiz deve considerá-las para o aumento da pena, entre um terço e metade, uma vez que não podem ser tratados igualmente roubos com uma e com mais de uma qualificadora”* (CÓDIGO PENAL INTERPRETADO, 3ª edição, Atlas, 203), resultando a punição em 6 (seis) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e quinze dias-multa, no valor mínimo. Condene, pois, **WANDER GABRIEL DA SILVA NASCIMENTO** às penas de **seis (6) anos e dez (10) meses e quinze (15) dias de reclusão e ao pagamento de 15 dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal. Sendo reincidente, deverá iniciar o cumprimento da pena no **regime fechado**, que também é o mais adequado para punir quem comete essa espécie de delito. Nesse sentido: **“No crime de**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

roubo, o regime inicial fixado para cumprimento da pena deve ser o fechado, pois delitos dessa natureza vêm aumentando a cada dia, bem como a violência e a audácia com que são praticados, o que denota a personalidade agressiva de seus agentes e menosprezo pela integridade corporal, psicológica e até pela própria vida das vítimas, exigindo pronta resposta penal, sendo certo que, apesar de não justificar a exacerbação da pena mínima legal cominada abstratamente por serem inerentes à própria natureza da infração, tais circunstâncias – previstas no art. 59 do CP – devem ser sopesadas na fixação da modalidade prisional, nos exatos termos do parágrafo 3º do art. 33 do referido Diploma Legal” (Revisão nº 391.624/8 – Cerqueira César – 3º Grupo de Câmaras – Relator Pereira da Silva – 27/2/2002 – VU – voto 6.550 – Ementário – Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo – setembro/2002, nº 33, p. 28/29). Mantenho a prisão já decretada, agora com maior razão, já que o réu está condenado, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se-o na prisão em que se encontra. Deixo de responsabiliza-lo pela taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária. Decreto a perda da arma, que deverá ser encaminhada ao exército. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____ (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSORES:

RÉUS: